

Cada Vida Importa: reflexões sobre o genocídio da juventude negra

Maria Dálete Alves Limaⁱ 

Universidade Regional do Cariri-URCA, Juazeiro do Norte, CE, Brasil

Resumo

São notórias as múltiplas violações de direitos no Brasil baseadas nas relações étnico-raciais, resquícios de escravismo criminoso e do racismo. O racismo estrutural tem provocado vulnerabilidade e exclusão social, o que se percebe nas precárias condições de vida e de trabalho da população negra. O estudo objetiva fomentar o debate acerca dos dados divulgados pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) nos relatórios intitulados Cada Vida Importa. Como metodologia utilizou-se a Pesquisa Bibliográfica. Os resultados mostram que a juventude negra tem vivenciado cotidianamente as refrações da questão social e do racismo, estando vulnerável. A violência letal atinge drasticamente jovens do sexo masculino, negros, de áreas periféricas e baixa escolarização. O CCPHA tem dado grande contribuição no que se refere à pesquisa, bem como na formulação de estratégia de intervenção qualificadas na realidade social para a redução da violência letal na adolescência.

Palavras-chave: Cada Vida Importa. Genocídio da Juventude Negra. Racismo Estrutural.

Every Life Matters: reflections on the genocide of black youth and racism

Abstract

The multiple violations of rights in Brazil based on ethnic-racial relations, remnants of criminal slavery and racism, are notorious. Structural racism has caused vulnerability and social exclusion, which can be seen in the precarious living and working conditions of the black population. The study aims to encourage debate about the data released by the Ceará Committee for the Prevention of Adolescent Homicides (CCPHA) in the reports entitled Every Life Matters. As a methodology, Bibliographic Research was used. The results show that black youth have experienced the refractions of social issues and racism on a daily basis, making them vulnerable. Lethal violence drastically affects young black males from peripheral areas with low education. The CCPHA has made a great contribution in terms of research, as well as in the formulation of qualified intervention strategies in social reality to reduce lethal violence in adolescence.

Keywords: Every Life Matters. Genocide of Black Youth. Structural Racism.

1 Introdução

A desigualdade social promovida, historicamente, a partir das relações étnico-raciais é imensurável e se apresenta de forma multifacetada principalmente para a população negra, pobre e de áreas periféricas, que vivenciam as mais profundas expressões da questão social, acompanhada do preconceito, exclusão social e racismo estrutural.



Não se pode negar o histórico de discriminação, violação, opressão e marginalização vivenciadas pelas pessoas negras, dos mais diferentes segmentos sociais, sexos e faixa-etárias, ao longo dos tempos. Essa situação é fruto de um sistema racista que carrega resquícios do escravismo criminoso e até hoje promove profunda vulnerabilidade e exclusão social a população negra brasileira.

O povo negro vivencia situações eminentes de vulnerabilidade e risco social e pessoal, suas famílias são os mais suscetíveis a vivenciarem problemas sociais decorrentes, fundamentalmente do racismo estrutural, como por exemplo: desemprego ou subemprego, pobreza e miséria, evasão escolar, violência policial, violência letal, agressão, tortura, encarceramento, como também o abandono, mendicância, trabalho infantil, exploração sexual infanto-juvenil, questões vinculadas à condição de exclusão social, marginalização, tráfico de drogas, tráfico de pessoas, cooptação por grupos criminosos, etc.

A juventude negra tem sido uma das principais atingidas pela omissão do Estado em garantir políticas públicas equitativas. E por atuar, na maioria das vezes, apenas pelo viés repressivo e punitivo. As desigualdades sociais no Brasil estão ligadas a dimensões socioculturais e étnico-raciais, e por esse motivo, perpassam questões meramente socioeconômicas, como muito acreditam.

O presente estudo tem como objetivo fomentar o debate acerca dos dados divulgados pelo CCPHA nos relatórios chamados de Cada Vida Importa, correlacionando ao genocídio da juventude negra no Brasil. A pesquisa se mostra necessária, uma vez que o racismo estrutural cada vez mais se faz presente na sociedade contemporânea, sendo essencial compreender os seus rebatimentos na vida dos sujeitos sociais, principalmente por os dados das pesquisas mostrarem um verdadeiro genocídio da juventude negra, sendo essencial o combate a toda e qualquer forma de violência, preconceito e discriminação social.

Portanto, precisamos refletir sobre a atual situação da juventude negra, que tem vivenciado um verdadeiro genocídio. Acreditamos ser essencial o diálogo e compreensão dos dados divulgados nos relatórios Cada Vida Importa, para podermos pensar estratégias qualificadas de resistência e a atual situação, bem como promover estratégias capazes de promover o empoderamento e a desnaturalização do preconceito e estigma quanto à temática, bem como a transformação da cultura excludente. Tais intervenções precisam se dá de forma integrada as políticas setoriais, na tentativa de contribuir para desenvolvimento do protagonismo social e da autonomia das dos sujeitos. Como também, romper com o racismo e genocídio da população negra.

2 Metodologia

Decidiu-se pela realização de uma Pesquisa Bibliográfica, uma vez que conforme Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica se dá por meio de um levantamento de bibliográfico já publicado. São fontes secundárias de informação, ou seja, já foram anteriormente publicadas em forma de livros, revistas, publicações, entre outros. Desse modo, optou-se por utilizar, principalmente o material publicado e divulgado pelo CCPHA, bem como grandes nomes que discutem a temática.

3 Resultados e Discussões

Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, vivenciam cotidianamente a marginalização, estigmatização e exclusão social, devido a todo o contexto social e cultural que estão inseridos. Legitimando, muitas vezes, o racismo estrutural e a institucionalização de adolescentes e jovens que, em sua grande maioria, são sexo masculino, negros e de áreas periféricas. Tal perfil traz a tona os estereótipos sociais que são representados pelas relações étnico-raciais na atualidade.

Levando em consideração os escritos de Terra e Azevedo (2018, p. 73), percebe-se que “a correlação entre a pobreza e a criminalidade tem servido para estigmatizar e segregar parcelas da população que já se mostram excluídas em diversas dimensões das relações sociais”. Assim, as relações étnico-raciais tem papel direto na atual composição do público de adolescentes e jovens inseridos nos Centros Socioeducativos no Brasil. Os dados publicados em nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA revelam que “Os estudos mostram que o fenômeno contemporâneo do ato infracional juvenil está associado não à pobreza ou à miséria em si, mas, sobretudo, à desigualdade social, e à dificuldade no acesso às políticas sociais de proteção implementadas pelo Estado” (IPEA, 2015, p. 15).

O perfil dos adolescentes em conflito com a lei que cumpriam medida socioeducativa de privação de liberdade no ano de 2013 era correspondente a “95% eram do sexo masculino e cerca de 60% tinham idade entre 16 e 18 anos”, dentre essa parcela, é importante mencionar “mais de 60% dos adolescentes privados de liberdade eram negros, 51% não frequentavam a escola e 49% não trabalhavam quando cometeram o delito e 66% viviam em famílias consideradas extremamente pobres” (IPEA, 2015).

Conforme mencionado por Cerqueira *et al* (2020, p. 47):



Uma das principais expressões das desigualdades raciais existentes no Brasil é a forte concentração dos índices de violência letal na população negra. Enquanto os jovens negros figuram como as principais vítimas de homicídios do país e as taxas de mortes de negros apresentam forte crescimento ao longo dos anos, entre os brancos os índices de mortalidade são muito menores quando comparados aos primeiros e, em muitos casos, apresentam redução.

As questões étnico-raciais e o racismo estrutural são temáticas que envolvem diretamente o universo da socioeducação no Brasil, sendo que todos os estudos analisados trazem dados que apontam para a exclusão social e encarceramento em massa da população negra, principalmente no que se refere a juventude. A falta de oportunização, equidade das políticas públicas, desigualdade social, precárias condições de vida e de trabalho, revitimizam cotidianamente tais sujeitos.

Nesse sentido, o autor Abdias Nascimento (2016, p. 169), no seu livro *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, menciona que “Caracteriza-se o racismo brasileiro por uma aparência mutável, polivalente, que o torna único; entretanto, para enfrenta-lo, faz-se necessário travar a luta característica de todo e qualquer combate antirracista e antigenocida”. O racismo está presente e vitimiza diariamente. De acordo com Rômulo Fonseca Moraes (2019, p. 286) “O extermínio da juventude periférica no Brasil, que tanto colocamos em debate, apesar de todas as lutas, não cessa. Não cessa em razão de legitimar as reivindicações de direitos, políticas públicas preventivas e de segurança”. O biopoder e a lógica de expansão do capital no neoliberalismo tem agravado o genocídio da juventude negra na contemporaneidade.

No ano de 2016, visando conhecer e entender os elevados índices de assassinatos de adolescentes no Estado do Ceará nos últimos anos foi fundado o CCPHA. O Comitê se estabelece a partir da parceria entre a Assembleia Legislativa do Ceará, instituições do poder público e da sociedade civil, Governo do Estado e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), dentre outros. Desse modo, foi desenvolvida pesquisa de campo em sete cidades cearenses (Sobral, Maracanaú, Caucaia, Horizonte, Fortaleza, Juazeiro do Norte e Eusébio) com familiares que de adolescentes assassinados no ano de 2015 no estado do Ceará (BRASIL, 2020) para compreender o fenômeno. Na pesquisa

Foram ouvidas 224 famílias de adolescentes assassinados. Em 2015, 816 meninos e meninas de 10 a 19 anos foram mortos no território cearense, sendo 387 apenas na capital Fortaleza, segundo a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. A pesquisa mais abrangente feita no Ceará sobre homicídios na adolescência reuniu 24 profissionais e resultou no relatório “Cada Vida Importa”, assinado pelo deputado estadual Renato Roseno, relator do Comitê (BRASIL, 2020, 01).

Assim, o Comitê tem sido fundamental para influenciar políticas públicas em resposta aos trágicos dados mostrados pela pesquisa, bem como tem mobilizado a sociedade civil, organizações estatais e sociais pela prevenção de homicídios na adolescência. Percebeu-se que a violência letal que atinge um perfil social específico composto por: jovem, negro, do sexo masculino e morador da periferia urbana (BRASIL, 2017, p. 37). Dado esse que demonstra o racismo estrutural que marca trajetórias de vida.

Vale salientar que

A equipe do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência participou da discussão, que pautou as fronteiras raciais do genocídio no Brasil e a falta de reconhecimento do problema, além da dificuldade de acesso aos dados oficiais a partir do recorte de raça. Para o grupo, as ações das polícias nas comunidades das grandes capitais constroem como inimigo o jovem, negro, morador da periferia, reforçando essa lógica cruel que rege a “guerra às drogas” (BRASIL, 2017, p. 37).

O extermínio da juventude negra está correlacionada a violência letal de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social. Reflexo do racismo e exclusão social ao negro. Levando em consideração **O Atlas da Violência 2018**, ele aborda dados extremamente relevantes e que denunciam que há um recorte racial significativo com relação aos homicídios de jovens, uma vez que de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras (CERQUEIRA et al, 2018).

Outro fator importante diz respeito a crescente violência entre jovens, havendo uma clara diferença entre jovens brancos e negros. **O Mapa da Violência 2013: homicídio e juventude no Brasil** mostrou que existe uma tendência crescente de vitimização de jovens negros no Brasil. Conforme mencionado no documento, é importante salientar que

Entre 2002 e 2012 o número de homicídios juvenis diminuiu 32,3%, passando de 10.072 para 6.823. No entanto, a quantidade de assassinatos de negros aumentou 32,4%, de 17.499 para 23.160. As taxas de homicídio de jovens por 100 mil caíram 28,6% entre brancos e subiram 6,5% entre negros” (WASELFISZ, 2013, p. 117).

O relatório intitulado **Cada Vida Importa: Relatório do segundo semestre de 2018 do CCPHA 2018.2**, menciona fala do deputado Renato Roseno, sobre a urgência falar sobre a morte dos jovens negros no Brasil “A gente sabe quem são, sabe os territórios, a cor da pele – porque o país continua sendo um país racista que mata jovem, negro, pobre da periferia urbana. Precisamos falar sobre isso (...)” (BRASIL, 2018, p.39)

Já o relatório de 2019 cita que o persistente número de vitimados por homicídio no Estado do Ceará é alarmante e merece destaque para a construção de políticas públicas intersetoriais. Trazendo a questão da incapacidade do atual modelo de segurança pública,

implementado pelas mais variadas gestões, provocando múltiplas violências e atingindo “(...) segmentos que são historicamente preteridos e aviltados pela omissão do Estado em prover políticas públicas efetivas de prevenção e de proteção social e pelas ações de reprimenda e criminalização, como adolescentes, jovens, população negra e mulheres” (BRASIL, 2019, p.46). A omissão do Estado tem compactuado com um verdadeiro genocídio da juventude negra ou do seu encarceramento em massa, negligenciando direitos e promovendo ainda mais o racismo. Vale mencionar ainda que “É obrigação da polícia registrar a morte violenta para dar início à investigação, mesmo que os familiares da vítima não procurem uma delegacia para fazer o Boletim de Ocorrência” (BRASIL, 2019, p.179). Entretanto, em casos que envolvem pessoas negras, credita-se que muitos não são notificados, principalmente em casos de violência policial ou praticada por agente do Estado, dentre outros. A subnotificação faz com que não tenhamos dados exatos e demonstrando que a situação atual do Brasil em relação à população negra pode ser ainda pior.

Já no material divulgado pelo CCPHA intitulado **Cada Vida Importa**: Relatório final, “De acordo com o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), um menino negro no Brasil tem três vezes mais chances de morrer assassinado do que um adolescente branco” (BRASIL, 2020, p.118). A pesquisa demonstra que os adolescentes/jovens negros no Brasil vivenciam uma vitimização nos casos de homicídios em 2013 de 173,6% a mais que os brancos. Fato que demonstra a vulnerabilidade e exclusão social que os mesmos vivenciam e a urgência de políticas públicas e intervenções qualificadas junto a esse público.

O documento cita ainda que em 2016 foi instaurada pelo Senado Nacional uma Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI objetivando investigar os altos índices de assassinatos de jovens no Brasil. Sendo divulgado que

A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, cinco a cada duas horas, 60 por dia. “Isso equivale à queda de um jato cheio de jovens negros a cada dois dias. Genocídio da população negra é a expressão que melhor se enquadra à realidade atual do Brasil”, avalia o relator da CPI, senador Lindbergh Farias (BRASIL, 2020, p.118).

Os números são assustadores, mais infelizmente representam a realidade da população negra brasileira, marcada pela exclusão das políticas públicas, negação do racismo e aceitação do mito da democracia racial. Negar a problemática relacionada às relações étnico-raciais ao longo das gerações e se omitir com relação às refrações da questão social e aos resquícios do escravismo criminoso direcionadas ao povo negro, foi o papel do Estado. Invizibilizando ainda mais os sujeitos sociais marcados pela exclusão social.

Enfim, os relatórios trazem a tona questões fundamentais para pensarmos a desigualdade social e racial no Brasil e no Ceará, racismo, sexismo, violência policial, homicídio da juventude negra, em especial a negra, vulnerabilidade social, econômica, cultural, habitacional, dentre outros. O CCPHA tem dado grande contribuição no campo da realização de pesquisas, produção material relevante, promoção de encontros e discursões sobre a temática, sensibilização do poder público e da sociedade civil.

4 Considerações finais

Desde 2016 quando o CCPHA foi criado até os dias atuais, já é possível perceber a sua grande contribuição para a discursão do extermínio da juventude negra. O comitê tem lutado incessantemente para compreender o homicídio da adolescência e pensar estratégias qualificadas de intervenção na realidade social para a redução da violência letal. O comitê já possui variadas publicações essenciais para a discursão do fenômeno e que dão suporte para conhecer e aprimorar práticas interventivas.

Vale destacar que as pesquisas comprovam a existência de uma grande disparidade entre a realidade social de pessoas brancas e negras. A desigualdade social marca esse lugar de exploração do corpo negro para os privilégios da branquitude. A condição de vida e de trabalho, na maioria das vezes, se dá de forma precária e em áreas consideradas periféricas. A infância, adolescência e juventude estão desprotegidas, principalmente se tratando de negros. As políticas públicas atuais não são equitativas as vulnerabilidades sociais do povo negro, decorrentes das refrações do escravismo criminoso e do racismo. Sendo visível a crescente mortalidade de Jovens do sexo masculino, negros, moradores de áreas periféricas, que se configuram como um verdadeiro genocídio da juventude negra.

Desse modo, se faz essencial discutir questões que envolvam as vulnerabilidades socioeconômicas da população negra, bem como o atual genocídio da juventude negra, marcado pela marginalização e exclusão social, provocada pelo racismo.

Enfim, fazem-se essenciais políticas públicas equitativas que garantam condições efetivas de igualdade de oportunidades a população negra, ações socioeducativas que visem fortalecer a autoestima, autonomia, consciência crítica, estabelecendo uma comunicação aberta e efetiva de dialogo com a sociedade civil sobre negritude. Políticas públicas de cunho antirracista para os diversos seguimentos sociais se fazem urgentes, principalmente contra o atual genocídio da juventude negra o seu encarceramento em massa.

Referências

BRASIL. **Cada Vida Importa**: Relatório do segundo semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza-CE, 2017.

BRASIL. **Cada Vida Importa**: Relatório do segundo semestre de 2018 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza-CE, 2018.

BRASIL. **Cada Vida Importa**: Relatório 2019 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Janeiro-Junho, 2019.

BRASIL. **Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência**. 2020a.

BRASIL. **Cada Vida Importa**: Relatório final do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. 2020b.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2020**. Brasília: Ipea; FBSP, 2020.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2018**. Nota técnica. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

IPEA. Nota Técnica: **O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal**: esclarecimentos necessários. E. R. A. Silva e R. M. Oliveira, N° 20, Brasília, junho de 2015.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MORAIS, R. F. **O extermínio da juventude negra**: uma análise sobre os “discursos que matam”. 1 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2019.

TERRA, C.; AZEVEDO, F. **Adolescente, ato infracional e serviço social no judiciário**: trabalho e resistência. São Paulo: Cortez, 2018.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2013**: homicídios e juventude no Brasil. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, SEDH, 2013.

ⁱ **Maria Dálete Alves Lima**, ORCID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-5360-5308>
Universidade Regional do Cariri; Mestrado Profissional em Educação-MPEDU

Link do Lattes <http://lattes.cnpq.br/2602931101634725>

E-mail: dalete-ce@hotmail.com

Mestra em Educação pela Universidade Regional do Cariri-URCA (2022). Egressa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Ceará-ESP/CE (2017) e Graduada em Serviço Social (2015).